



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA N.º 3/2011**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,  
REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO  
DE 2011: -----**

----- Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário e Sr.ª Sara Raquel Fresco, 2º secretária. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Eng.º. Carlos Manuel Brites Monteiro, Enf.ª Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Dr. Paulo Jorge Santos Grego, Dr. José Carlos Baptista Garrucho, Sr. Narciso Patrão António, Dr.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Pedro Nunes, Sr. Carlos Jorge dos Santos Nora, Sr. Ricardo Jorge Mendes da Costa, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Prof.ª Maria Fernanda da Costa Baptista, Sr. João Maria Nogueira, Dr. Vítor Miguel Seabra Lourenço, Sr. António Cardoso Alberto, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Sr. Albano Manuel da Rocha Lourenço e Sr. Gabriel Pinho. -----

**----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----**

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou as faltas dos Srs. deputados municipais Prof. Manuel José Sousa Santos Frade, Dr.ª Maria da Conceição Oliveira, Dr.ª Zélia Domingues Morais, Dr.ª Ana Maria Barreto Dias. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e vinte e três minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e ausências anteriormente referidas. -----

----- **O Sr. Secretário Calisto Coquim,** na qualidade de presidente da mesa, deu início à sessão. -----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim,** na qualidade de presidente da mesa, apresentou a justificação de falta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Barreto Dias, que por motivos de ordem profissional não pode estar presente. -----

----- Solicitou a todos os membros da Assembleia Municipal que caso tivessem informações a dar aquele era o momento oportuno para o fazerem. Pediu ao Sr. deputado Paulo Grego, que informasse a Assembleia como tinha decorrido a Assembleia Intermunicipal do Baixo Mondego. -----

----- Informou a Assembleia que naquela sessão iria ser utilizado um relógio digital, destinado a cronometrar as intervenções dos membros da Assembleia. -----

----- Prosseguiu o **Sr. Secretário Calisto Coquim,** na qualidade de Presidente da Mesa, em nome da Assembleia Municipal, deixou uma palavra de augúrio ao novo Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho e ao Governo que já tinha sido indigitado. -----

----- Dada a palavra ao **Sr. deputado Paulo Grego (PS),** deu início à sua intervenção e reportou-se à Assembleia Intermunicipal do Baixo Mondego. Disse que na sua perspectiva o mais importante tinha sido a primeira alteração orçamental, aprovada por unanimidade. Deixou duas notas principais na referida alteração orçamental, passando a citá-las, tendo sido a primeira: promoção da comunidade intermunicipal que iria passar pela construção de um stand, e a segunda consistia num dos objectivos da comunidade que não tinha sido acautelada no orçamento inicial, que era a aquisição de uma central de compras electrónica. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o **Sr. deputado Juan António (PSD)** que, no seguimento do proferido pelo Sr. Calisto Coquim e relativamente ao período de eleições transacto, fez a seguinte declaração, que passou a ler: -----

----- *“A bancada do PSD regista com muita satisfação a vitória do Partido Social Democrata nas Eleições Legislativas. Os portugueses depositaram no PSD e em particular no Dr. Pedro Passos Coelho, um enorme capital de confiança. Certamente, esse capital será usado com coragem e determinação, para que Portugal consiga ultrapassar o difícil período que atravessa. O PSD obteve uma vitória inequívoca no concelho de Mira. Sublinhando que, em relação as Últimas Eleições Legislativas de 2009, o PSD subiu mais de 13,20 pontos percentuais, obtendo 49,62 por cento dos votos. Mira acompanhou assim a tendência nacional e distrital, contribuindo de forma clara para que o PSD seja um vencedor incontestado. Registamos também o nosso grande regozijo pela eleição de 5 deputados do PSD pelo distrito de Coimbra, a quem endereçamos os nossos mais sinceros parabéns e votos de um excelente trabalho. Finalmente, a todos os Mirenses que com o seu voto contribuíram para MUDAR PORTUGAL, fica este reconhecimento que acreditamos que possa estimular e induzir um desafio maior: MUDAR Mira”.* -----

----- Prosseguindo a sua intervenção, o **Sr. deputado Juan António (PSD)**, agradeceu o esforço dos serviços camarários quanto à instalação do relógio que iria estar presente para disciplinar os trabalhos. Agradeceu ainda ao Sr. deputado Paulo Grego, as informações prestadas acerca do desenvolvimento da Assembleia Intermunicipal do Baixo Mondego. -----

----- Usou da palavra o **Sr. Secretário Calisto Coquim**, na qualidade de presidente da mesa, fez uma pequena observação à intervenção do Sr. deputado Juan António, pois a declaração política que havia feito, ficaria melhor no período de “antes da ordem do dia”. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguiu-se o **Sr. deputado Albano Lourenço (PSD)**, o qual informou que à semelhança do ano passado, a Junta de Freguesia do Seixo, com o apoio da Câmara Municipal de Mira, iria organizar nos dias 8, 9 e 10 de Julho um “Fim-de-semana de Saúde e Lazer”. Inserido no mesmo fim-de-semana iria também realizar-se no dia 10 Julho o “IV passeio Cicloturístico do Seixo”. Aproveitou o momento para convidar todos os presentes para a inauguração da nova sede da Junta de Freguesia, nas instalações das antigas Escolas Primárias do Seixo, no dia 7 de Agosto de 2011. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)**, solicitando se poderia usar também da prerrogativa que a bancada que o PSD havia usado, relativamente ao acto eleitoral para as legislativas. -----

----- O **Sr. secretário Calisto Coquim**, na qualidade de presidente da mesa acedeu ao pedido, solicitando que o mesmo fosse breve nas suas intervenções. -----

----- Prosseguindo o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** disse que a sua bancada se congratulava com os resultados das últimas eleições, que esperava que o novo governo em funções, retirasse o País das dificuldades presentes, fazendo votos de sucesso. Alertou também para os números da abstenção e votos brancos, disse que havia cerca de 50 % do eleitorado retirado da vida democrática e considerou isso angustiante e merecedor de reflexão. Em conclusão, referiu que nas últimas eleições autárquicas tinham todos, em conjunto, feito reduzir a abstenção no Concelho de Mira. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:** -----

----- O **Sr. Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, colocando à aprovação do plenário, a acta da sessão ordinária de 28 de Abril de 2011. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Usou da palavra o **Sr. deputado Juan António (PSD)** e relativamente à acta disse que, na pág.2 onde constava “*Propôs uma salva de palmas*”, todos tinham estado presentes e sabiam no contexto que o tinham dito. Considerou ter dito “*mais alguma palavras que em termos de memória futura era mais importante, porque de facto pode parecer desgarrado*”.Referiu que na altura havia frisado o “*carácter do nosso deputado, a juventude, e como tal, apoiava as suas palavras e reforçava com um voto de palmas para mostrar a alegria que ele sempre disponibilizou e o apreço*”. Por último, pediu que a identificação das suas intervenções fosse sempre feita com o mesmo nome. -----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado José Balugas (MAR)**, o qual referiu que havia sido completamente omissa uma intervenção sua, que julgava ter sido no 2º ponto da ordem de trabalhos, a propósito de uma acusação que lhe havia sido feita anteriormente. -----

----- Os serviços responsáveis fizeram, novamente, a audição da gravação e verificaram que na acta constava o essencial da sua intervenção. -----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim (PS)** pediu ao Sr. deputado José Balugas, que caso considerasse que o que tinha sido omissa, era relevante, que o dissesse no momento e que ficaria logo registado em acta. -----

----- O **Sr. deputado José Balugas (MAR)** disse não se recordar com exactidão de tudo o que tinha dito, mas disse lembrar-se de ter feito uma intervenção. -----

----- Seguiu-se a intervenção do **Sr. deputado José Garrucho (MAR)**, que relativamente à acta, no último ponto, em que interveio em defesa da honra, depois da intervenção do Sr. deputado Paulo Grego, referiu que o que estava explanado em acta não estava errado, mas faltava a questão essencial. Disse que a sua intervenção em defesa da honra tinha sido porque a bancada do Partido Socialista através das palavras do Sr. deputado Paulo Grego, tinha feito uma



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

declaração que os tinha colocado numa posição de irrazoabilidade política, de desajuste e irresponsabilidade. Por essa razão havia tomado a palavra, dizendo que se tinham absterido na segunda votação, que era a aprovação da nova carta, porque não tinham toda a informação. Disse que não tinham posto em causa a informação que tinha sido dada pelo Executivo, só que não tinham tido a informação em suporte suficientemente seguro e previamente, para sobre ela tomarem uma posição clara, daí que se abstiveram. Referiu e disse querer que ficasse bem claro que jamais seria intenção do MAR deixar o Concelho de Mira sem uma carta aprovada na Assembleia. Por último disse que o MAR tinha consciência que o número de deputados do Partido Socialista constituía uma maioria absoluta na Assembleia e que garantia a aprovação das pretensões do Executivo e ainda, que jamais haviam colocado em causa a fidelidade da informação.-----

----- Não havendo mais alterações, a acta foi colocada à aprovação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- Os trabalhos prosseguiram, presididos pelo Sr. Secretário Calisto Coquim, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia. -----

----- No uso da palavra interveio o **Sr. deputado José Balugas (MAR)**, que começou por tecer algumas considerações e posteriormente colocou algumas questões ao Executivo. -----

----- Começou por felicitar a bancada do PSD pela vitória das últimas eleições legislativas e desejou que o Dr. Pedro Passos Coelho fizesse um óptimo mandato. -----

----- Felicitou ainda o Executivo pela limpeza da Barrinha, disse esperar que tivesse sido o primeiro passo para uma limpeza total e profunda da mesma. Desejou que a limpeza fosse feita por etapas e sectores, que se fosse limpando sucessivamente de maneira a que a Barrinha não



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sofresse nenhum impacto no seu ecossistema. Elogiou o Executivo pelo embelezamento da Avenida junto à praia e pela pintura das passeadeiras.-----

----- Interveio de seguida o **Sr. deputado Juan António (PSD)** e reportando-se ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, disse que tinha registado a observação feita, mas ressaltou que havia feito a declaração de voto antes do “período da ordem do dia” para distinguir o que são assuntos de natureza municipais e os de natureza de política nacional. Disse comungar com as palavras proferidas pelo Sr. deputado José Balugas, sendo que a Câmara Municipal estava de parabéns pelas obras que estava a realizar. Referiu ainda que as obras estavam a ser feitas no âmbito do programa POLIS, que não eram intervenção directa da Câmara Municipal, considerando por isso que a Câmara Municipal poderia ter feito uma calendarização fora da época de Verão. Questionou ainda em que ponto de situação estava o problema da ponte da Videira. Deixou um alerta para que a Câmara Municipal equacionasse o horário da recolha do lixo e alertou também para a limpeza dos contentores. Reiterou novamente as palavras do Sr. deputado José Balugas, relativamente à Barrinha. Por último chamou a atenção para os espaços públicos, nomeadamente as rotundas municipais e alguns jardins, menos cuidados.-----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. deputado João Nogueira (PS)** para falar sobre a Barrinha e os trabalhos à beira-mar, associando-se às palavras proferidas pelos Srs. deputados José Balugas e Juan António. Reportou-se ao hasteamento da Bandeira Azul na Praia de Mira no dia 1 de Junho e na Praia do Poço da Cruz no presente dia, duas bandeiras no mesmo Concelho e Freguesia, considerando-o um belíssimo sinal. -----

----- Considerou que tanto a limpeza das Praias como da Barrinha constituiu um cartaz turístico de primeira grandeza e atrai inúmeros visitantes.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. deputado José Garrucho (MAR)**, usou da palavra para colocar um ponto de ordem à mesa relativamente aos tempos de intervenção. Considerou que poderia ficar ao cuidado da mesa, que assim que fosse atingido o tempo máximo de intervenção dos deputados, que a mesma anunciasse “terminou o tempo” e os deputados terminariam as suas intervenções.-----

----- O **Sr. secretário Calisto Coquim**, na qualidade de Presidente da mesa da Assembleia Municipal, aceitou o ponto de ordem.-----

----- No sentido de responder às intervenções colocadas pelos Srs. deputados, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Reigota**.-----

----- Iniciou a sua intervenção e relativamente às últimas Eleições Legislativas, congratulou-se pela forma como as mesmas haviam decorrido, de forma aberta, democrática e sem problemas de maior. Disse ter sido muito importante ver a democracia a funcionar. Elogiou o Dr. Pedro Passos Coelho pelo sua vitória, desejando-lhe as maiores felicidades e desejando que trouxesse para o País e principalmente para o Concelho de Mira, tempos com augúrio, recuperação e continuação de progresso. -----

----- Reportou-se à intervenção do Sr. deputado José Balugas e referindo-se às obras realizadas realçou o bom trabalho que o Executivo vinha a realizar. Explicou que relativamente à Barrinha não era muito fácil ter máquinas como a que lá estava e resolver na totalidade o problema da Barrinha. Informou que tinha havido uma interrupção no trabalho e que a máquina se tinha ausentado, mas que voltaria para o continuar. -----

----- Prosseguindo a sua intervenção, o **Sr. Presidente da Câmara**, reportou-se ao Sr. deputado Juan António realçou também as congratulações do deputado ao Executivo. Relativamente às obras do POLIS, informou que as mesmas ainda não tinham sido feitas na Praia de Mira e que as obras que estavam a ser realizadas na Praia de Mira eram da





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsabilidade da ARH e da Câmara Municipal, consequência de parcerias entre as duas entidades. -----

----- Informou também que as obras do POLIS iriam começar se o novo Governo não anulasse o que já tinha ficado aprovado pelo anterior Governo. Os programas da POLIS estavam assinados e comprometidos e trariam uma grande vantagem para os recursos hídricos do Concelho. -----

----- Relativamente à ponte da Videira explicou que o sucedido tinha sido um contratempo, deveu-se à passagem de um camião pela ponte, danificando-a, mas que a mesma iria ser recuperada. -----

----- Referindo-se ao Sr. deputado João Nogueira, considerou a sua intervenção motivadora no sentido de “mostrar tudo de bom que todos tinham feito”, não se referindo somente ao trabalho do Município, mas também às Associações, de todos os que querem bem à terra de Mira.-----

----- Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** que começou por cumprimentar os quase 90 anos do Sr. deputado João Nogueira, pela sua lucidez e pelo entusiasmo que era um exemplo para todos. -----

----- Prosseguindo a sua intervenção, o Sr. deputado abordou a questão do mercado de origem e das feiras. Deu o exemplo do Município de Coimbra que tinha promovido a “Feira sem Regras”, que consistia na venda de produtos caseiros (couves, ovos, feijões, galinhas). Considerou que em Mira não havia a oportunidade de comprar produtos “da nossa terra”, tendo a população de se deslocar ao Concelho vizinho, considerou lamentável não poder haver o mesmo em Mira. Referiu que era muito importante que numa altura em que a crise se estava a instalar e a chegar de forma perturbante, se deveriam dar oportunidades a que isso acontecesse. Pediu ainda que se estimulassem as duas feiras do Concelho, Portomar e Mira. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Abordou também o assunto das barreiras arquitectónicas, fazendo apelo a que se eliminassem as mesmas, que se fizesse uso das potencialidades do Concelho. Referiu que a Câmara Municipal não só tinha que “fazer” mas podia, sobretudo, promover junto das outras entidades, que tem representação no Concelho, de transformar os serviços com acessibilidade completa, começando pelo edifício da Câmara Municipal. -----

----- Usou da palavra seguidamente o **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** passando a ler o seguinte texto:-----

----- *“Em primeiro lugar pergunto porque é que a Junta de Freguesia de Carapelhos não foi convidada para o hasteamento da bandeira azul da Praia de Mira. Por outro lado congratulo-me pelo êxito da obtenção do galardão dos 25 anos consecutivos. -----*

----- *Em segundo lugar como é possível, as Junta de Freguesia fazerem um protocolo com a Câmara Municipal de cedência de competências e verbas e chegarmos a meados do ano seguinte e ainda só agora nos terem pago 50%. -----*

----- *Da parte da Freguesia de Carapelhos cumprimos por completo o estipulado e continuamos no ano em curso com a mesma postura de limpeza. Ao contrário de outras Freguesias do Concelho que recebem muito mais e é Câmara, com o seu pessoal que lhe anda diariamente a fazer as respectivas limpezas. -----*

----- *Por outro lado tenho a informar esta Assembleia que nunca tivemos a cedência de qualquer máquina nem para destroçar qualquer valeta nem para retirar os resíduos que saem das limpezas. -----*

----- *Como é que é possível não ter dinheiro para os seus compromissos com as Juntas e terem dinheiro em abundância para satisfazer os compromissos a 100% com algumas associações*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*ainda sem elas terem os eventos sequer realizados, protocolos esses, que eram para ser pagos em 2 tranches. -----*

*----- Em terceiro lugar tenho a lamentar como é que é possível continuarmos com tantas fugas de água na Freguesia e ninguém fazer nada. Eu próprio estou farto de fazer participações e segundo informação, de alguns funcionários ainda são mal recebidas. -----*

*----- Consta-se que parte dos Concelhos e Freguesias mais pequenas, vão acabar. Aqui em Mira não é preciso chegar a essa lei pois a câmara já anda a vender parte das suas ruas. Já agora pergunto por quanto foi vendida a Rua Francisco Sá Carneiro, e explique-me porque? ---*

*----- No mandato da Rocha de Almeida 86/89 foi esta rua empedrada e alcatroada e dotada de luz eléctrica. No mandato do Dr. João Reigota 98/01 foi dotada com água canalizada. No mandato do Dr. Mário Maduro 02/06 levou tapete. -----*

*----- Ao longo destes anos a sua conservação sempre foi feita pela Câmara Municipal de Mira e agora por um buraco que tanto prejuízo deu tanto a particulares como a uma empresa com Concelho no rebentamento de pneus a Câmara Municipal para tentar fugir a responsabilidades diz que a estrada é de Cantanhede. Pergunto ainda para quando as obras no pólo escolar de Carapelhos, pois o Jardim esta lotado e com lista de espera”.-----*

*----- Prosseguindo os trabalhos, usou da palavra o **Sr. deputado Carlos Milheirão (PS)**. Exprimiu que tudo o que pretendia dizer já havia sido dito, no entanto complementou o já proferido pelo Sr. deputado Juan António acerca da ponte da Videira. Considerou que fazia uma falta tremenda à Praia de Mira, nomeadamente na época que se avizinhava (época de Verão), obrigando ao escoamento dos carros pela Videira. Questionou, e dado que a Videira não tinha condições, além de apresentar muita perigosidade no cruzamento da “marcenaria/serração”, para*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dar escoamento a todo o trânsito, se não havia possibilidade de colocar a ponte transitável para carros ligeiros. -----

----- Solicitou ainda a colocação de lombas para o cruzamento da Videira, porque mesmo fora da problemática da ponte, verificavam-se com alguma frequência, acidentes no respectivo cruzamento. Pediu também a colocação de lombas para a rua dos Prazos Novos. -----

----- Por último abordou o assunto do avanço do mar, a norte da lota, o qual estava já a uns escassos 40/50m das casas e a população começava a ficar preocupada. Acreditava que para remediar a situação, se podiam colocar sacos de areia e fazer um “cordão” na baía que lá se estava a formar. -----

----- Em representação do Executivo, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego.** Começou por se reportar à intervenção do Sr. deputado José Garrucho e no que dizia respeito às barreiras arquitectónicas, disse estar inteiramente de acordo com Sr. deputado. Informou que tinham tentado fazer uma candidatura a um programa do QREN em que visava por um lado eliminar as barreiras arquitectónicas dos edifícios públicos e por outro lado sensibilizar as pessoas a não as terem. Relativamente aos edifícios públicos explicou que, por vezes, era mais complicado, dando o exemplo da Câmara Municipal, daí que se tivesse optado por instalar os serviços de atendimento ao público no rés-do-chão do edifício. Explicou que para fazerem uma rampa, cumprindo a legislação, era necessário ir até mais de metade do passeio. Reforçou que em edifícios mais antigos nem sempre era muito fácil eliminar as barreiras, pese embora, se tivesse de adaptar os serviços às realidades arquitectónicas, assumindo que era uma preocupação grande eliminar as referidas barreiras. -----

----- Relativamente aos mercados de origem, informou que no mercado da Praia de Mira, que estava aberto diariamente, existiam duas bancas às quais as pessoas se podiam socorrer para



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vender os seus excedentes. Depois, quanto às feiras mensais, considerou que poderiam ser criados alguns pequenos espaços para que as pessoas pudessem lá recorrer, pontualmente, para a venda dos seus produtos. -----

----- Seguidamente reportou-se à intervenção do Sr. deputado Gabriel Pinho. Referiu ser estranho o Sr. deputado receber os outros convites e não ter recebido o convite para o hasteamento da Bandeira Azul na Praia de Mira, pois o correio e o “*mailing list*” eram exactamente os mesmos. -----

----- Quanto ao protocolo, considerou ser conveniente dizer-se quando é o que mesmo havia sido assinado. Ainda e pese embora as Juntas de Freguesia tivessem trabalhado todo o ano, era conveniente dizer-se também quando tinha sido assinado. Informou ainda que a única associação, desafiando-o a nomear outra, que recebeu antes do evento realizado, tinha sido a Confraria “Nabos & Companhia”, pois tinha alegado grandes dificuldades. Afirmou com veemência que a Confraria “Nabos & Companhia” tinha sido a única a receber antes da realização do evento, porque disse que era muito necessário e fez questão, ao negociar o acordo, de deixar assente, que pelo menos uma tranche tinha de ser paga com 15 dias de antecedência. Lamentou que a situação tivesse sido ventilada na Assembleia Municipal, como “arma de arremesso” pelo trabalho que era feito pelas Juntas de Freguesia. -----

----- Quanto às máquinas, disse que a varredora tinha sido disponibilizada na altura em que tinha sido solicitada e tinha andado a fazer limpeza na altura que tinha sido pedido. -----

----- Relativamente às fugas de água, afirmou que numa inauguração de um dos eventos numa 6ª feira o Sr. deputado se tinha dirigido ao Sr. Vereador e disse que havia uma fuga no Corticeiro, a qual tinha sido solucionada. Todavia, tal não impediu que em dia de reflexão, porque era véspera de eleições, tivesse havido quase “um comício” sobre a fuga de água. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente à “venda das ruas”, disse que não tinha sido nenhuma vendida, que a rua referida pelo Sr. deputado continuava a existir no Concelho de Mira, só que ela também se prolongava para outros Concelhos, e eventualmente o “buraco” estaria noutro Concelho. -----

----- Disse que o processo estava em averiguações, dizia respeito não só ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, mas também ao empresário Sr. Gabriel Pinho. Explicou que era bom que se percebesse os meandros do processo e também se percebesse que o “buraco” estava naquela rua, mas que a mesma não terminava no Concelho de Mira. Depois os outros “considerandos” seriam tidos aquando o “*terminus*” do processo, porque no momento não era a altura oportuna para falar do mesmo. -----

----- Informou que para o Pólo Educativo dos Carapelhos estava prevista uma intervenção, em conformidade com a Carta Educativa. A intervenção estava ligeiramente atrasada porque todas as intervenções QREN tinham sido atrasadas na Educação. Informou ainda, que de acordo com as normas emanadas, o referido jardim até estaria fechado, mas isso assim não se verificava, tal como no Seixo, Lagoa, Casal de S.Tomé, porque a Câmara Municipal tinha uma vontade “férrea” em manter as pequenas escolas (pelo menos uma por Freguesia), querendo manter-lhes as boas condições. Informou ainda que no orçamento do próximo ano, iriam aparecer contempladas as intervenções nas escolas, esperando que depois não votassem contra ao orçamento onde as referidas obras iriam aparecer. -----

----- Reportou-se seguidamente à intervenção do Sr. deputado Carlos Milheirão e relativamente à ponte da Videira, disse que quando o acidente aconteceu não tinham rubrica nem orçamento para fazer a obra. Explicou que não podiam chegar “ao madeireiro da esquina e comprar madeira para reparar”. Disse ainda que iriam ser colocadas novas placas de sinalização. Quanto



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à colocação das lombas informou que estavam a ponderar e a estudar hipóteses e eventualmente alterar os sentidos e dar prioridade a quem vinha do Miravillas. -----

----- Ainda voltando à questão da ponte da Videira informou que iriam ser feitos todos os esforços no sentido da mesma ser reparada o mais rapidamente possível.-----

----- No respeitante ao problema das dunas e do avanço do mar a Norte da Praia de Mira, disse já terem dado imensas sugestões às entidades que a tutelam a zona marítima, quais sejam, os “bigbags” ou, eventualmente, os batelões. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. deputado Ricardo Costa (PSD)**, que leu a intervenção que se transcreve seguidamente:-----

----- *“Quero congratular o executivo e todo o Município de Mira por manter este ano, a Bandeira Azul nas duas praias do concelho (Praia de Mira e Poço da Cruz), destacando claro está, a Praia de Mira por alcançar um feito único a nível mundial - 25 anos ininterruptos com este galardão. -----*

----- *Quero também felicitar o executivo pela evolução das obras do Clube Náutico e pelo trabalho efectuado no passadiço da marginal da Praia de Mira. Já com a época balnear a decorrer e começando desde já a trabalhar para a manutenção da bandeira azul no próximo ano, chamo a atenção para o estado do areal na zona do 1º paredão, em especial do lado norte, que se encontra com muito lixo. Aqui questiono se não houve ainda possibilidade para tratar desta zona? Se não houve possibilidade de colocar um tractor a levantar o lixo e a baldear o local referido... Sendo uma zona, que recebe muitos dos nossos visitantes, não merece mais atenção do executivo? -----*

----- *No que toca aos Bungalows do Parque Municipal, na última Assembleia foi referido que estariam concluídos no dia 26 de Junho, hoje sendo já dia 30, questiono se já estão finalizados*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*todos os trabalhos? Ainda, como também não tive possibilidade de intervir na mesma Assembleia, questiono hoje, se a conclusão dos Bungalows (refiro-me, prontos a serem usados), não engloba a limpeza e embelezamento do Lago do Mar e toda aquela zona circundante? Se não está prevista uma intervenção que valorize ainda mais o investimento feito. É que na minha opinião, a conclusão dos bungalows engloba tudo isso, visto que o objectivo é que os visitantes que os usem durante este ano, que concluam a estadia na Praia de Mira com vontade de voltar, e que levem uma opinião boa da nova “oferta” que o concelho de Mira tem para os seus turistas/visitantes. -----*

*----- Também já falado em Assembleias anteriores e no seguimento do que o deputado Juan António já hoje questionou e não obteve nenhuma resposta por parte do executivo, pergunto se com a ERSUC, está previsto um plano melhor para a recolha do lixo e limpeza dos contentores, durante esta época balnear? -----*

*----- Virando atenções agora para os jovens mirenses, e no seguimento de um estudo que a JSD de Mira está a realizar, gostaria de saber mais informações sobre o que tem sido feito da parte do Município e do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), nas áreas da formação e emprego, para responder às necessidades locais. -----*

*----- Em relação às empresas já existentes e nas que futuramente se vão instalar no concelho, estão detectadas as necessidades das mesmas? O que tem sido feito para incentivar e chamar a atenção dos jovens e dos desempregados do concelho, para essas mesmas necessidades? Cursos, parcerias, protocolos com as empresas, com o Agrupamento de Escolas e outras instituições de ensino – qual a estratégia delineada? -----*





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Também gostaria de saber ao certo, quantas empresas é que estão instaladas na Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque, nesta altura? Previsão de novas empresas? -----

----- Para finalizar, relembro que no passado dia 26 de Fevereiro entrou em vigor a Lei que altera o regime jurídico do Concelho Municipal da Juventude. Como Presidente da JSD de Mira, e querendo esta Juventude Partidária ver uma maior participação dos jovens locais, nos problemas e no futuro do concelho, questiono novamente, para quando a Constituição do Conselho Municipal de Juventude em Mira?” -----

----- Interveio de seguida a **Sr.<sup>a</sup> deputada Vera Manco (PS)** que questionou o Executivo sobre como tinham decorrido os eventos realizados na Vila de Mira, nomeadamente “Gândara e Planta”, “Gândara Auto” e o “Mercado Solidário”. Questionou ainda que actividades estavam previstas para os meses de Verão. -----

----- No sentido de responder às questões levantadas anteriormente, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** em representação do Executivo. -----

----- Iniciou a sua intervenção para responder à Sr.<sup>a</sup> deputada Vera Manco e disse que os eventos tinham decorrido bastante bem e que tinha sido uma “felicidade” ter conseguido com a Unidade de Acompanhamento e Coordenação (UAC), com a Associação Empresarial, com as várias Associações e IPSS desenvolver aquele programa de animação. Disse ainda que apesar das dificuldades, os stands locais não faltaram e souberam uma vez mais, engrandecer a sua terra. -----

----- Para a época balnear, disse que o programa estava para ser lançado, que se iriam iniciar com as Festas de S.Tomé 2011 e depois havia animação diária, não contabilizando os eventos



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que seriam feitos nas próprias localidades, as festas populares, que também iam ser colocadas no cartaz.-----

----- Informou que tinham feito uma parceria com a Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal, tendo em vista a animação da época balnear, em que tinha sido conseguido um financiamento de 80% para cerca de 30.000,00€. Disse que a Câmara investia cerca de 5.000,00€ em toda a animação de areal e de palco na Praia de Mira.-----

----- Reportando-se seguidamente à intervenção do Sr. deputado Ricardo Costa, disse que a bandeira azul, clube náutico e a Barrinha estavam a decorrer. A bandeira azul era um orgulho de todos. A data de entrega prevista do Clube Náutico era o dia 23, sem arranjos exteriores, porque esses seriam feitos pelo programa POLIS. A Barrinha estava também numa primeira fase de limpeza. -----

----- Quanto à limpeza dos contentores, informou que a mesma havia sido feita em Março, de acordo com as indicações da ERSUC para não procederem à limpeza na época alta, mas sim antes. Certamente que os contentores teriam que ser submetidos a limpeza a meio da época balnear, graças à incúria das pessoas ao usá-los, pois as pessoas vazavam os baldes do lixo directamente no contentor, não tendo o cuidado de ensacar o lixo. Informou que houveram várias reuniões e os carros do lixo talvez estivessem a passar antes da hora que estava previsto. O acordo era saírem pelas 23h do parque e passariam no centro à 1h da manhã. Mas o que acontecia era que os restaurantes na época de verão fechavam mais tarde, o carro do lixo já teria passado e consequentemente o lixo ficava lá 24h a deteriorar-se. -----

----- Quanto ao Conselho Municipal da Juventude disse que Mira não tinha instalado, nem o iria fazer, enquanto fosse esse o parecer da Associação Nacional de Municípios, porque entende que



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Conselho Municipal de Juventude é uma intromissão àquilo que são os direitos do órgão Executivo, porque tem competências que são excessivas para um Conselho Municipal.-----

----- Relativamente ao Gabinete de Inserção Profissional informou que o mesmo estava a fazer um trabalho exemplar, nomeadamente na área da formação e disse que tinha sido apresentada uma nova candidatura. -----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim** interveio, e ainda na qualidade de Presidente da mesa da Assembleia, solicitou ao Executivo que na sua próxima intervenção respondesse à questão dos bungalows. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado Pedro Nunes (PSD)**, que deixou uma palavra de apreço a todos os que participaram na Marchas de São João, considerou que a iniciativa representou um grande esforço de todos os que estavam envolvidos. Apenas deixou uma observação ao horário de início do desfile, ao mesmo tempo que fez um reparo relativamente à deficiente iluminação no local onde foi apresentada a primeira coreografia. Reportou-se à intervenção do Sr. José Garrucho sobre as barreiras arquitectónicas, disse que começavam antes a aparecer no Concelho “aberrações” arquitectónicas, referindo-se principalmente à rua principal da Barra de Mira, onde imperava uma arquitectura mais tradicional e começavam a aparecer arquitecturas excessivamente modernas para o local. Recentemente, disse ter visto muros demasiadamente altos. Referiu que os serviços técnicos deviam ter uma palavra sobre isso, nomeadamente quanto aos muros de vedação, embora fosse um direito que assistia ao proprietário, na sua opinião estava a destoar, considerando que seria bom repensar as implantações em zonas rurais.

----- Usou da palavra seguidamente o **Sr. deputado Narciso Patrão (PS)** que começou por falar acerca de um artigo que tinha saído no Jornal “Voz de Mira”, que abordava o assunto do primeiro Presidente da Junta da Praia de Mira, o Sr. “Boia”, referindo que era bom fazer-lhe



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma homenagem, pois tinha sido uma pessoa prestigiante, todavia rectificou o erro que tinha saído no Jornal, porquanto que o primeiro Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira tinha sido o Sr. João Nogueira, actualmente deputado da Assembleia Municipal. -----

----- Disse ainda estar muito satisfeito, porque na sessão de Assembleia, ao contrário do que era hábito, algumas “vozes” tinham feito elogios a algumas coisas que tinham sido feitas. Disse que o Concelho era de todos e que o papel do Mirense era lutar para que as coisas andassem para a frente, dar sugestões e ajudar, mas muitas vezes só via pessoas a criticar. -----

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Saúl Rico**, em representação do Executivo para falar acerca dos bungalows no Parque de Campismo Municipal. -----

----- Antes informou o plenário de que o espaço envolvente à loja de conveniência, ao salão de convívio, ao snack-bar e cozinha, estava terminado e estava na sua opinião a ser altamente valorizado. -----

----- Relativamente aos bungalows disse que tinha falado com o empreiteiro e que fisicamente estavam quase prontos, ficando a faltar a parte técnica, que iria consistir em dois tanques de água quente com capacidade de 2000 litros e iam tentar deixar também já incorporado a instalação para aproveitamento de energia solar. -----

----- Quanto ao Lago do Mar informou que tinha decorrido apenas um mês que as canas tinham sido cortadas, mas já estavam novamente grandes. A grande intervenção naquele espaço estava prevista com o programa POLIS. -----

----- Usou da palavra seguidamente o **Sr. Vereador Miguel Grego**, que começou por se reportar ao Sr. deputado Narciso Patrão, disse que o que estava no Jornal da “Voz de Mira” tinha sido uma transcrição de uma acta da Câmara de uma intervenção do Sr. Vereador Rocha de Almeida, mas que certamente teria sido um lapso. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente às marchas populares referiu que era um facto a necessidade de mais alguma luz, só que as marchas, até à última hora estavam para ser realizadas na avenida principal junto ao mar, não tendo havido tempo para reforçar a iluminação. Prosseguiu e reportou-se às “aberrações” arquitectónicas disse que “gostos não se discutiam” e em urbanismo não havia legislação que proibisse alguns “menos gostos”. Relativamente aos muros, obviamente que tinham sido licenciados, daí que cumpriam com o licenciamento, em termos de altura. -----

----- Os trabalhos continuaram já na presença do Sr. Doutor Fernando Regateiro, assumindo a presidência da Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Por motivos profissionais o Sr. deputado Carlos Monteiro ausentou-se da sessão da Assembleia Municipal.-----

**----- PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----**

**----- PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro -----**

----- Usou da palavra, o Sr. Vereador Miguel Grego, em representação do Executivo, e começou por referir que grande parte da acção da Câmara não eram grandes obras, mas sim, pequenas obras, e os serviços estavam muitas vezes embrenhados constantemente nessas pequenas iniciativas. Referiu que o relatório abarcava uma grande parte das divisões/serviços municipais. Nesse sentido, salientou que no serviço da qualidade tinham tido a 3ª auditoria externa, conseguiram superar, obviamente com factores a melhorar. Disse que o facto de os serviços serem certificados, não trazia “aparentemente” valor acumulado ao serviço, mas



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obrigava à disciplina interna, ao cumprimento de um procedimento ou vários procedimentos e isso sem dúvida era uma mais-valia da certificação dos serviços.-----

----- Na divisão económico-financeira, o que era mais visível e no que dizia respeito ao endividamento, fosse ele líquido ou de longo prazo, era um esforço grande para a redução do mesmo. Alertou para o facto de que também iriam contar para o endividamento da Autarquia a participação em Comunidades Intermunicipais. Considerou que de facto o que contava eram os limiares do final do ano. -----

----- Referiu que estavam muito dependentes de dois factores, que eram as transferências do Estado, quer sejam por protocolos, que estavam muitíssimo atrasadas (dando como exemplo o ano de atraso com as despesas com a Educação), e o outro factor devia-se ao esforço de receita que estava muito atido aquilo que eram as despesas correntes do município, tendo essas baixado radicalmente. -----

----- Por último e reportou-se à parte económica, disse que a situação se mantinha estável, estavam dentro de todos os limites de endividamento que tinham que cumprir. No que dizia respeito a concursos, disse que através da plataforma *Vortal* as coisas eram mais disciplinadas apresentando ligeiros atrasos. -----

----- Aludiu seguidamente à intervenção do Sr. deputado Paulo Grego acerca da Central de Compras Públicas, porque talvez fosse interferir na maneira como seriam os próximos relatórios. Informou que estavam a aderir à Central de Compras Públicas juntamente com a CIM-BM, deixando muito claro, duas premissas: primeiro, em alguns bens, que têm um reflexo diminuto pretendiam continuar a adquirir sem ser através da Central de Compras Públicas, para apoiar o comércio tradicional e uma segunda questão, era que não prescindiam de que grande



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte daqueles que eram os fornecedores pudessem aderir à plataforma da Central de Compras Públicas, tal como tinham feito quando aderiram à “*Vortal*”.-----

----- Disse que queriam fazer como fizeram com a *Vortal*, sensibilizar atempadamente os fornecedores, fazer acções de formação, divulgação e sensibilização para que eles pudessem atempadamente estar inscritos, não só para Mira, mas para todos os Municípios da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** que começou a sublinhar com agrado o esforço que o Executivo estava a fazer para tornar o relatório mais eficaz. Deixou um apelo relativamente ao orçamento e à crise, deixou a nota de uma notícia que viu no “Diário Económico” em que as regras de financiamento das Autarquias iriam ser alteradas, todos os concursos iam ter que ser completamente transparentes, a acomodação ao equilíbrio financeiro das Autarquias ia ter que ser estabelecida. Chamou a atenção para que tudo o que estava previsto em termos de receitas e despesas correspondia a uma dimensão diferente e para o que estava executado.-----

----- Por último, reportou-se ao relatório na página 47 que fazia referência à organização de uma palestra intitulada “Miguel Torga, passos de um artista”. Referiu que no Concelho tinham uma Rua com o nome “Miguel Torga”, mas a mesma tinha a placa vandalizada há cerca de 5 ou 6 anos. Já algumas vezes tinha alertado para situações desse tipo. -----

----- Interveio o **Sr. deputado Juan António (PSD)** que começou por aludir à intervenção do Sr. Vereador Miguel Grego acerca das auditorias, disse que comungava com as suas ideias e com a explicação que tinha dado. Continuou a sua intervenção e na página 5 do relatório, relativamente à legislação do licenciamento zero, referiu que poderia vir a haver implicações a nível de receitas.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Elogiou os serviços pela aplicabilidade prática na criação de um relógio para as sessões da Assembleia Municipal. Na página 7 do relatório, no item “pesquisa de consumíveis em défice na Câmara Municipal” considerou que devia haver uma gestão de stocks para não existirem aquele tipo questões. Relativamente à página 9 disse não estar a perceber, se *“está ainda a decorrer o ciclo de avaliação de desempenho relativamente a 2010”*. Referiu estarem a 30 de Junho e que os objectivos já deviam estar programados desde o início do ano. Na página 13 “serviço de taxas e licenças”, questionou se a Câmara Municipal não sabia o número de estabelecimentos que existiam no Concelho, ou apenas estava a fazer um controlo.-----

----- Reportou-se ao conteúdo da página 14, disse que seria a parte em que habitualmente tecia mais comentários, mas não iria “repisar” as taxas de execução, disse ter registado a frontalidade e sinceridade da explicação do Sr. Vereador, aceitando-a -----

----- Referiu que estavam em tempo de mudança, havia uma situação meramente conjuntural que se devia ao facto de terem sido contabilizados os recebimentos do IMI, que fazia com que o limiar do endividamento estivesse a ser cumprido, contudo, considerou não encontrar grandes medidas de fundo. Questionou, quais eram as medidas que a Câmara Municipal estava a adoptar para que, face aos constrangimentos orçamentais existentes, pudessem vir a encarar o futuro com alguma segurança e deixou a seguinte “dica”: *“a Câmara não se está a socorrer do outsourcing, estava muitas vezes a usar os meios humanos e técnicos municipais para fazer algumas tarefas, daí alavancando e potenciando os recursos humanos, e no fundo diminuindo as receitas, com terceiros, aqui poderia ser adiantado qualquer coisa nesse sentido, porque caso contrário, na proeza dos números havia uma discrepância abismal”*.-----

----- Na página 33 no item “arquitectura” onde dizia “projecto de execução de arranjos urbanísticos, ligação do Bairro da Valeira à Marginal da Praia de Mira (zona do Ritual Bar) ”,





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referiu que o “coração” da Praia de Mira em termos urbanísticos estava altamente degradado e que precisava de alguns arranjos. -----

----- Usou da palavra seguidamente o **Sr. deputado Paulo Grego (PS)** e reportou-se ao novo instrumento em uso na Assembleia Municipal, o “relógio digital”, disse que certamente era uma mais-valia, mas que havia umas questões de pormenor a corrigir na funcionalidade do mesmo. Solicitou um encontro de líderes, porque a bancada do Partido Socialista encontrava-se com alguma dificuldade em se organizar com a nova metodologia, porque segundo o regulamento, era-lhes dado 20 minutos, mas eram limitados a 3 minutos. Julgavam que dentro dos 20 minutos podiam falar todos, até atingir os 20 minutos e assim sendo, queriam que um deputado pudesse falar os 20 minutos seguidos. Referiu que não era a primeira vez que preparava uma intervenção e não a conseguia fazer na Assembleia, considerando que tinham de fazer um encontro entre os líderes para chegarem a um consenso na interpretação do Regimento. -----

----- O **Sr. secretário da Assembleia Calisto Coquim**, usou da palavra para esclarecer, que os “três minutos” não vinham bem plasmados no regimento, mas no entanto as boas práticas eram para se manter. Referiu por fim, que era intenção da mesa tornar a questão o mais transparente possível para todos. -----

----- Prosseguindo, usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** e disse que a pista pedonal na Praia de Mira, estava um perigo, tinha consciência que não havia dinheiro para tudo, mas pediu que se colocasse uma placa de aviso de perigo para os ciclistas e para as pessoas que andassem a pé. Pediu também que se beneficiasse o parque de estacionamento junto ao 2º ciclo, assim como alertou para a existência de uma pintura feita num muro do mercado da Praia de Mira, por um partido político de esquerda já há alguns anos. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No sentido de disciplinar as intervenções, o sr. Presidente da Mesa solicitou que os senhores deputados se cingissem a assuntos vertidos no relatório. O sr. deputado manifestou-se desagradado por lhe ser cortada a palavra. O sr. Prof. Doutor Regateiro afirmou que não tinha cortado a palavra, mas tão somente, disciplinado os trabalhos. -----

----- Sendo dada a palavra ao Executivo, interveio o **Sr. Vereador Miguel Grego.** -----

----- Começou por se reportar à intervenção do Sr. deputado José Garrucho, quanto à “alteração das regras e transparência das mesmas” e disse que os processos de concurso e contratação eram altamente transparentes, pois tudo era feito em plataforma electrónica. Quis que ficasse bem claro que quando falou da Central de Compras, não inviabilizaria a aquisição através das empresas locais, simplesmente era de forma transparente e por plataforma electrónica. Disse que era muito fácil assacar às Autarquias Locais (Câmaras e Juntas de Freguesia) a despesa pública, mas informou que relativamente à despesa pública as Autarquias Locais ficavam aquém do Poder Central. -----

----- Disse com veemência que a imagem que passa das Autarquias e os comentários que eram colocados por alguns, talvez ressabiados por não estarem nas Autarquias, é que o ofendiam enquanto Autarca. -----

----- Aludindo às placas vandalizadas referiu que infelizmente eram muitas, que algumas delas eram vandalizadas de forma insistente e outras ainda não tinham sido colocadas por alguma incúria. Deu como exemplo a placa dos 25 anos da Bandeira Azul, que nem 24h tinha ficado no sítio, e a segunda que lá tinham colocado, estava novamente estragada, mas enquanto não se conseguisse mudar a “cultura” dos cidadãos não se conseguiam mudar também os políticos e a forma de actuar. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto ao licenciamento zero, considerou ser um problema, mas também uma oportunidade. Disse que o licenciamento zero iria ser uma oportunidade para disciplinar, quer grande parte das receitas que não eram cobradas, quer outras que eram cobradas por outras entidades, quer algumas que se não tiverem “olho vivo e pé ligeiro” iria entrar a Lei em vigor e iriam deixar de as cobrar porque não estavam “legais” para as cobrar, porque iria ser também utilizada uma plataforma electrónica. Iria ser uma alteração grande, que a Assembleia iria ser chamada a participar, em termos de aprovação de Regulamentos e consequentemente de licenciamentos e de taxas. -----

----- Quanto ao SIADAP, disse que era dinâmico, os objectivos estavam a ser reformulados, tinham sido entregues atempadamente, mas era um processo que durava todo o ano e transitava para o ano seguinte durante o primeiro semestre. Era um processo altamente burocrático, que a avaliação tinha de ser melhorada, mas que tinha que existir. -----

----- Em resposta à intervenção do Sr. deputado José Balugas e quanto à pista pedonal, informou que tinham sido substituídas tábuas e que no dia seguinte estavam partidas, dada a circulação de carros na pista. Uma vez mais, tal como as placas, tinham que as mudar, mas todos tinham de colaborar para que aquilo que se “fazia ontem não fosse partido hoje” e aí todos tinham que alertar. Afirmou que era uma situação indecente. -----

----- Interveio a **Sr. deputada Fernanda Batista (PS)** e quanto à colocação de ramais e saneamento, solicitou um esclarecimento urgente, pois na rua Teófilo Braga, ainda não estavam feitas as ligações das fossas sépticas aos colectores do saneamento. -----

----- Novamente, o **Sr. Presidente Fernando Regateiro**, alertou os deputados para se cingirem exactamente ao ponto da ordem de trabalhos em discussão, senão a sessão seria uma “anarquia completa”. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A Sr.<sup>a</sup> deputada aceitou a observação do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

----- Pede a palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** e disse que o MAR estava disponível para uma conferência de líderes para ultrapassar as dificuldades. Disse ainda que a Assembleia Municipal era o local onde iam discutir a política, com toda a abertura. Os deputados tinham que se exprimir. Disse compreender que nem todos os deputados tinham certeza, clarividência e a linguagem adequada que correspondia aos desejos da mesa, mas eram as potencialidades dos deputados. Se a mesa gostaria de ter outra Assembleia, que a elegeisse. Como não era a mesa que elegia a Assembleia, eram os cidadãos, era preciso compatibilizar as coisas.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. Doutor Fernando Regateiro**, em resposta disse que a Assembleia podia demitir a mesa e colocar lá outra, não precisava de eleger deputados. Os deputados tinham sido eleitos em eleições livres e democráticas e a mesa tinha sido eleita em eleições livres e democráticas internas, se não concordavam com a mesa, se a mesa não merecia a confiança, sugeriu que a demitissem e elegessem outra. Esclareceu ainda que os membros da mesa não estavam agarrados a uma “posição”, mas sim numa posição de serviço municipal. -----

----- Referiu ainda, que se houvesse Srs. deputados que não concordavam com a interpretação que a mesa dava ao Regimento e com o rigor que a mesa entendia dever ser aplicado à orientação dos trabalhos, pediu que actuassem em consonância com o que estava no Regimento, pois a mesa da Assembleia estava a cumprir um serviço que lhe tinha sido outorgado pelos Srs. deputados. Nem estava a desvalorizar os Srs. deputados como era intuído pela sua intervenção, o que considerou francamente grave, porque não era a mesa que queria influenciar a qualidade



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das intervenções dos deputados, pois os deputados eram o “Melhor” que o Concelho elegeu para a Assembleia. -----

----- Retomou novamente a palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** e disse que havia uma dificuldade de entendimento entre a Assembleia e a mesa e já que isso não se resolvia, deviam convocar uma assembleia de líderes para o resolver. -----

----- O **Sr. deputado José Garrucho**, relativamente à intervenção do Sr. Vereador Miguel Grego, na questão do municipalismo e do seu espanto e empolgamento relativamente à defesa da honra e transparência das contas e da gestão municipal, disse que não subscrevia completamente a sua intervenção, disse que o municipalismo em Portugal tinha uma história e tradição da defesa e interesse das localidades e comunidades que representam. Afirmou ainda, que não tinha a mais pequena dúvida sobre o facto, de que as melhores obras e as obras que estavam mais próximas das populações eram feitas pelos municípios, dizendo estar inteiramente de acordo com o Sr. Vereador nesse aspecto. Considerou que era bom que o Sr. Vereador exigisse o respeito pela honra e pelo municipalismo em Portugal. Referiu que não bastava arranjar centrais de compras, era preciso que houvesse uma produção de bens e serviços que trouxesse uma transparência de tudo aquilo que era feito, e isso fazia do Executivo, a Assembleia e todos os cidadãos que se envolviam nos destinos da sua comunidade, e nesse sentido fez um desafio à comunidade, que era: *“Relativamente às questões das compras para o Executivo, já que são de bens e serviços, que o façam tendencialmente na comunidade local, valorizando tudo aquilo que é local”*. -----

----- Quanto à questão do vandalismo, consequência de questões sociológicas, disse que cada vez iria haver mais vandalismo, e os bens patrimoniais e o equipamento social e público,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

provavelmente iriam ser vítimas de muitas dessas coisas e não podiam deixar que os vândalos destruíssem uma coisa e depois que fique anos e anos sem que haja reparação. -----

----- Seguidamente usou da palavra o **Sr. deputado Juan António** reportando-se à intervenção do Sr. deputado Paulo Grego, disse que tinha entendido a sua intervenção e que se disponibilizava para terem uma reunião quando todos assim entendessem.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, disse que se houvesse vantagem em estar um representante da parte da mesa para articular entendimento, que se fariam representar. -----

----- No sentido de responder às questões levantadas anteriormente, e em representação do Executivo, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**.-----

----- Retomando uma questão que tinha ficado por responder anteriormente, disse que relativamente ao projecto “Bairro da Valeira” tinha todo o gosto em mostrar, era um projecto candidato ao “PROMAR”, mas como já tinha informado anteriormente, infelizmente a sua aprovação estava mal encaminhada. No entanto e mesmo que o projecto pudesse vir a não ser aprovado a Autarquia queria continuar a avançar com o projecto, pois tratava-se de uma zona demasiadamente central para estar como estava. -----

----- Explicou que a “Central de Compras” não era igual à “Plataforma de Contratação Pública”, era apenas uma tentativa de economia de escala/custo e que a forma de aquisição do Município era a “Vortal”. Relativamente à aquisição local, disse que não podiam esquecer que tinham como base o Código dos Contratos Públicos (CCP) tinham que o fazer dentro da legalidade. Explicou ainda que a aquisição dentro do mercado local tinha que ser feita, apoiando nas pequenas compras, dentro daquilo que era permitido pelo CCP. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto ao *outsourcing*, uma questão levantada pelo Sr. deputado Juan António, disse que devia ser tido em conta, quando financeiramente era uma mais-valia para a Autarquia, e devia ser recusado como forma de encapotar, por exemplo, uma despesa com pessoal. Reforçou e disse ainda serem radicalmente contra usar o *outsourcing* para encapotar despesas aumentando a despesa. Referiu ainda ser a favor do *outsourcing* quando isso acarretasse um trabalho pontual, dando por exemplo o trabalho de limpeza no Parque de Campismo que era um trabalho apenas de 2 meses por ano. -----

----- Terminou e reportou-se às pinturas do mercado onde informou que a Câmara Municipal tinha tido um grave problema, pois as manifestações políticas, traduzidas em pinturas murais, não podiam ser ocultadas. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** para sugerir que se fizesse um mural, por exemplo em azulejos (que isso ninguém podia impedir de o fazer), com imagens alusivas à Praia de Mira, podendo ser feito no mercado e no edifício em frente. -----

-----**PONTO DOIS: Aprovação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais desfavorecidos do Município de Mira.** -----

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**, em representação do Executivo, e relativamente ao regulamento disse que o mesmo tentava sobretudo regulamentar todos os apoios sociais a desfavorecidos, ou seja, regulamentar para melhor distribuir aquilo que havia de uma forma mais justa, equitativa e criteriosa. -----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** que começou por congratular o Executivo e os serviços pelo trabalho apresentado. Considerou que o regulamento era um instrumento precioso, e evidentemente que haveriam algumas coisas que depois quando a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prática devolvesse resultados, lhes permitiria retirar algumas conclusões. Evidentemente que o apoio a estratos sociais desfavorecidos requeria uma intervenção que fosse sempre contextualizada e que tivesse a integração das diversas valências, não apenas da intervenção do Município, mas também da rede social. Ou seja o Município daria apoio, mas um dos grandes riscos dos apoios sociais passava pela existência de redundância/sobreposição de apoios, considerando muito importante que o trabalho fosse desenvolvido em termos de “rede social” e ao Município correspondiam medidas de emergência para não deixar ninguém fora do apoio social, ou seja as respostas de emergência deveriam ser sempre dadas, e em articulação com os organismos regionais e centrais que faziam também apoio em nome do Estado. A articulação tinha que ser feita e a rede institucional tinha de estar a funcionar, mas não só a rede institucional dos serviços públicos, as redes que são emergentes e que são redes sociais de solidariedade, que integram as IPSS e todas as redes informais de apoio. Considerou ainda que era muito importante que tudo fosse monitorizado, pois corriam o risco das sobreposições e a única maneira de evitar a situação era importante que fosse constituído e organizado, através da rede institucional, um observatório social para a concessão de todos os bens, respeitando a individualidade e integridade moral daqueles que seriam apoiados, respeitando essa privacidade, mas não deixando de ter uma observação sobre os apoios que eram dados. -----

----- Prosseguiram os trabalhos com a intervenção do **Sr. deputado Juan António (PSD)**, que começou por dizer que partilhava da intervenção do Sr. deputado José Garrucho. Reportou-se ao art.7º do regulamento, onde constava que “as pessoas podem concorrer desde que residam no Concelho há menos de um ano” havia a questão de alguma redundância, tal como o Sr. deputado José Garrucho tinha falado, mas também alertou para o facto de haver alguns Concelhos limítrofes e que muitas vezes um período temporal de um ano poderia levar a alguma





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deslocalização ou acumular de apoios entre franjas de população que estavam no limiar entre Concelhos. O artigo 12.º falava na fiscalização, pedindo que o mesmo fosse entendido no sentido mais lato do termo e que se procedesse a uma averiguação desses apoios de uma forma controlada e atempada. Por último elevou o trabalho desenvolvido e disse que era pertinente que ele fosse colocado em prática nos tempos que estavam a atravessar no momento. -----

----- Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** disse que concordava inteiramente com o Regulamento no entanto parecia-lhe, e dadas as fragilidades apontadas nas pessoas nessa situação, que o processo de candidatura a esses apoios era demasiado exigente na documentação, pois estavam a falar de pessoas que muitas vezes não sabiam ler e escrever e estava-se a exigir muita burocracia, considerando que estavam a ser mais “papistas que o Papa”, e que o processo devia ser mais facilitado, mas sem “facilitismo”.-----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado Carlos Nora (PS)**, começou por dizer que considerava que o regulamento estava muito bem feito. Chamou a atenção para o artigo 10º do regulamento que dizia respeito à “Presunção de rendimentos”, isso para que não acontecessem situações de grandes injustiças sociais, em que pessoas com grandes sinais exteriores de riqueza tem direito aos apoios sociais, e por vezes não se vai ver no terreno a maneira como as pessoas vivem, considerando que esse trabalho devia ser feito. -----

----- Usou da palavra o **Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro (PS)**, na qualidade de deputado, reportando-se ao art. 20º, onde constava “*critérios para a atribuição de apoios no âmbito da habitação*” e “*a atribuição dos apoios aos candidatos, será efectuada tendo em conta os seguintes critérios...*”, questionando se os “critérios” eram cumulativos ou não. Considerou que isso fazia toda a diferença, pois um dos critérios podia ser suficiente para ter habitação, juntamente com a insuficiência económica, mas por outro lado, se era para graduar prioridade



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ou não, havia qualquer coisa que não “batia certo”. Reforçou que o ponto merecia um esclarecimento, porque poderiam ser levantados problemas sérios de interpretação. -----

----- O **Sr. Vereador Miguel Grego** interveio, e começou por esclarecer que ao ler o art.19º se compreendia que o art.20º eram apenas critérios para análise, pois aquilo que eram as condições de atribuição cumulativas encontrava-se no art.19º. Explicou que os requisitos do art. 19.º tinham que existir, os outros eram para efeitos de análise, pese embora esses fossem os aspectos majorativos para graduar [pois não iam haver condições para apoiar todos] e ajudar a comissão de análise (art. 22º e art. 23º) a poder graduar as candidaturas. Considerou ainda que com a ajuda dos serviços jurídicos iriam dar uma pequena clarificação ao teor. Por último esclareceu, que o que eram as condições exigíveis, , constavam no art. 19º e as condições do art.20º iriam ser somente usadas para aferir se a pessoa tinha ou não direito. -----

----- Reportou-se seguidamente à intervenção do Sr. deputado Carlos Nora, quanto ao art.10º, disse que era um facto, que era um problema crasso no país. Considerou que era um acto de grande coragem do Serviço de Acção Social e do Vereador responsável em colocar o referido ponto no regulamento, pois iria fazer com que as pessoas fizessem prova do seu *modus vivendi* -

----- O Sr. Vereador prosseguiu os seus esclarecimentos e relativamente às questões levantadas pelo Sr. deputado José Garrucho, disse que em Mira existia a integração de uma rede social formal, com diagnósticos feitos e aprovados do dia 24/12/2010. Havia diagnósticos feitos e documentos, que incluíam toda a rede social. Havia o NLI (Núcleo Local de Inserção), PCAAC (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados), CLAS (Concelho Local de Acção Social) havia uma série de entidades e que felizmente eram sempre os mesmos interlocutores que estavam nos mesmos locais e as pessoas em Mira falavam dos casos problemáticos pelo nome, o que eram uma grande vantagem para não duplicar os apoios sociais, indevidos a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

peçoas que “batiam a esta e aquela porta”. Referiu ainda que grande parte dos dados não eram muitas vezes revelados, porque eram muito personalizados e tinha que haver algum cuidado e preservação da vida íntima das peçoas. Por último informou que o regulamento correspondia a muitos anos de diagnóstico e dificuldades de atribuição e esperava “hoje” responder aos problemas na atribuição de apoios. -----

----- O **Sr. Deputado Fernando Regateiro**, sugeriu que no artigo 20º fosse feita uma ressalva ao que eram critérios para majorar, e de ponderação ou hierarquização. -----

----- A ressalva sugerida pelo Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro foi colocada à votação. Foi feita a alteração ao art. 20.º em que passou a constar que os critérios constantes no referido artigo seriam objecto de hierarquização. -----

----- Foi colocado à votação o documento proposto pelo Executivo com a clarificação acima referida e registada oralmente, o qual foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos das disposições constantes da alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, conjugadas com o n.º 2 do art. 5.º da Lei 12-A/08, de 27 de Fevereiro, da 1ª alteração ao Mapa de Pessoal – 2011.**-----

----- O **Sr. Vereador Miguel Grego**, em representação do Executivo, começou por explicar que a Câmara tinha realizado o protocolo de transferências de competências com a Educação e ao longo dos anos, tinham vindo a melhorar a forma como intervinham com a educação. Existiam rácios legais a cumprir, onde para cada sala do jardim-de-infância durante o período lectivo era previsto, para uma situação de duas salas, duas educadoras e uma auxiliar. Durante o período de almoço e pós lectivo, ficariam 25 alunos com uma auxiliar. Disse não concordarem minimamente com esse tipo de rácio e não aceitavam que 50 crianças estivessem a trabalhar



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com duas educadoras e apenas uma auxiliar, não havendo qualidade trabalho. Mais, não podiam aceitar que estivessem 25 crianças a almoçar apenas com uma auxiliar. Informou que tinham feito um acordo com o Agrupamento de Escolas em que o seu rácio passou a ser de 12 crianças, uma auxiliar, reduzindo para cerca de metade. Isso, porque analisando os jardins-de-infância, têm em média 22/20 crianças e era a melhor forma de fazerem uma gestão coerente dos recursos humanos, sendo certo que era uma maior despesa, mas era maior investimento. Explicou que no anterior ano lectivo, recorreram ao *outsourcing* para colocar quatro funcionárias nas escolas. ----

----- Explicou que o que se propunha com aquela primeira alteração ao mapa de pessoal 2011, reportando-se à Divisão Económica e Financeira, era que havia um posto de trabalho que passava a vago; na Divisão de Gestão Urbanística passaria um posto de trabalho a constar como vago, reflexo da reforma de um coordenador técnico e de um lugar de assistente operacional que passaria a constar também como vago igualmente por uma situação de reforma. Na DECD dois lugares que passariam a constar como vagos consequência também de 2 reformas e iriam ser criados 4 lugares. O que estava a acontecer, era que lugares que estavam ocupados, que por reforma passaram a vagos e o que estavam apenas a propor era a incorporação/criação de 4 postos de trabalho por tempo indeterminado na Divisão de Educação Cultura e Desporto para assistentes operacionais na área funcional de auxiliares de acção educativa. -----

----- Usou da palavra seguidamente o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** questionando quanto à forma de preenchimento das vagas, se era por concurso, que tipo de concurso, como iria ser aberto, e relativamente aos concursos, se os seriados dos concursos anteriores ainda estavam em vigor e se podiam ser avocados para o preenchimentos das vagas. -----

----- No sentido de responder à intervenção do Sr. deputado José Garrucho, o **Sr. Vereador Miguel Grego**, explicou que o que a Câmara Municipal pretendia fazer numa primeira intenção



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não eram concursos por tempo indeterminado, era sim, por tempo incerto, pois na previsão das escolas fecharem, poderiam explicar às pessoas a cessação do vínculo. Por último, informou que para efeitos de concurso, recorreram à reserva de recrutamento para ocupar os 4 lugares. -----

----- O **Sr. secretário Calisto Coquim**, colocou o ponto à votação, sendo **aprovado por maioria**, com 2 abstenções do MAR, 6 abstenções do PSD e 11 votos a favor do PS. -----

----- O **Sr. Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Calisto Coquim** colocou à votação a aprovação da acta em minuta, sendo a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

----- **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** -----

----- Pede a palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** começou por cumprimentar a mesa e deu os parabéns pela gestão dos trabalhos na parte final da sessão, considerando-a profícua, eficaz e que todos se tinham entendido. -----

----- Em desabafo disse que, numa Assembleia muitas vezes o que ficava por dizer no último momento podia ser o mais importante. Proferiu que *“todos nós não somos apenas inteligentes, mas andaram-nos a enganar quanto ao primado da racionalidade, nós não somos primeiramente racionais, nós primeiramente somos emocionais. E as vezes temos que desembulhar a nossa emocionalidade para que a racionalidade se possa afirmar e se formos com aquele rigor, com aquela decisão cirúrgica de terminar o minuto ao minuto, correremos de facto o risco de perder aquilo que é a essência do parlamentarismo e da troca de ideias. Não é por sermos o grupo mais pequeno, se fossemos o grupo maior eu defenderia exactamente a mesma coisa. É importante que toda a gente se ouça e que se sinta ouvida, é importante que possamos desabafar também, é importante que todos tenhamos a capacidade de humildade de nos ouvirmos, mesmo quando as coisas não estão a correr particularmente bem, nem todos os momentos nós somos capazes de ser brilhantes e eu peço a tolerância da mesa e de todos os*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*companheiros de Assembleia para que possamos levar isto a “bom porto” e todos ganharmos com isto e sobretudo o município pode ganhar”*. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado Juan António (PSD)** que em nome particular, disse ter registado a presença do Sr. Presidente da Assembleia, deixou uma sugestão relativamente à data da marcação das Assembleias, que as mesmas fossem marcadas para um horário mais tarde (por exemplo a partir das 17h) o que permitiria que as pessoas desenvolvessem as suas actividades profissionais de uma forma mais linear. -----

----- Por último disponibilizou-se para trabalhar em conjunto no sentido de ser feito um trabalho de ajustamento do Regimento, para que de facto pudessem exprimir livremente as opiniões e não deixarem aquelas intervenções que são importantes por fazer. -----

----- Prosseguindo, usou da palavra o **Sr. deputado Paulo Grego (PS)** e em nome da bancada, sugeriu que a mesa marcasse uma reunião e que comunicasse posteriormente às bancadas e que depois a mesa se fizesse representar. Sugeriu que ficasse o compromisso assumido da marcação da reunião. Disse perceber a atitude da mesa ao querer que o regimento fosse cumprido, mas pediu que fosse entendido, o quanto era difícil trazerem uma intervenção preparada e não a poderem fazer. Disse ainda perceber o proferido pelo colega do MAR, que o “que fica por dizer” às vezes é o mais importante, mas também tinha de existir algo que regulamentasse os trabalhos, tendo portanto de se tentar arranjar um meio-termo. Por último, questionou a mesa se aceitava o repto, que era comum das bancadas, que a mesa entrasse em contacto com os líderes para uma sessão de trabalho, para ajustar esses pontos. -----

----- Interveio o **Sr. Secretário Calisto Coquim**, que em nome da mesa, assumiu a incumbência de que brevemente iria contactar os líderes para fazerem uma adenda ao regimento para clarificarem esses pontos. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** usou da palavra e relativamente ao Regimento da Assembleia disse que se cada um esgotasse o seu tempo, estava completamente correcto. Disse ainda que já tinha muitos anos de sessões de Assembleia e que já tinha visto o Regimento de uma série de formas.-----

----- Por fim, usou da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Prof. Doutor Fernando Regateiro** e relativamente à utilização do tempo, disse que tinha de se fazer síntese nas intervenções e um trabalho de selecção do que se pretendia dizer, afirmando que era um aspecto que todos deviam acautelar.-----

----- Depois referindo-se à marcação das sessões das Assembleias, explicou que salvo honrosas excepções, ele comunicava a data e hora aos líderes das bancadas, questionando-os se concordavam ou não, antes de assinar. Informou ainda que quando assinava as convocatórias era no pressuposto que tinha a concordância das bancadas, daí que, sempre que fosse alertado da falta de disponibilidade dos Srs. deputados, as situações seriam mitigadas. -----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezoito horas e quinze minutos, da qual para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_